

Educação e Memória

Arquivos e museus: desafios à prática educativa e à investigação histórica¹

Justino Magalhães

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

0. Retomo aqui, com carácter exploratório, o debate sobre Educação e Memória, que abri com a Comunicação apresentada no Congresso da Sociedade de História da Educação Brasileira, em Goiânia, e que terá seguramente outros desdobramentos, em futuras reflexões.

Estamos mergulhados na história. Se vivemos hoje uma grande instabilidade, ela fica a dever-se fundamentalmente à nossa condição dupla de educandos e de sujeitos da História. A história é a ciência da memória, que, através da educação, sob a forma de rememoração, experiência e significado, se actualiza e substantiva. A memória histórica é propriedade colectiva e faculdade individual. A linguagem falada e a linguagem escrita são extensão e fonte da memória, cujos principais suportes são os cartulários, arquivos, bibliotecas, enciclopédias, ficheiros, livros. Mas também os monumentos, o folclore, os rituais, os usos, os artefactos são sinais e representação de memórias colectivas e individuais. Rememoração e actualização são as duas operações intelectivas que permitem converter a memória em factor de educação. Se os monumentos, os ícones, os artefactos, enfim os lugares, os escritos e as imagens são necessários à memória, é no entanto a rememoração (activação) que integra a educação. Educação que, por sua vez, actualiza a memória.

Ciência da memória, a história traduz-se, fundamentalmente, na determinação, denominação, inventariação, interpretação e informação escrita da relação entre permanência e mudança, plasmada no lento e complexo devir temporal. É uma tecitura de tempos e de fragmentos do material, do experiencial e do simbólico, que as vidas humanas urdem na intemporal invenção dos seus quotidianos. Substância da história, a memória educativa, todavia, não se converte em objecto de história, se permanecer como património. É sobre a modalidade de educação que as memórias institucionais, colectivas e individuais, sendo património se convertem em activo cultural e pedagógico.

¹ Publicação: Magalhães, Justino (2007). Educação e Memória. Arquivos e museus: desafios à prática educativa e à investigação histórica. In NEPOMUCENO, Maria de A. & TIBALLI, Elianda F.A. (orgs). *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: Argvmentvm/ SBHE, p. 181-189.

A educação é um processo multivectorial e continuado de (in)formação e de desenvolvimento da pessoa que se realiza através de uma interacção “consciente” das questões humanas e sociais, num permanente equilíbrio ambiental. É um processo transformacional referenciado ao eco-sistema sócio-cultural em que o sujeito está mergulhado, e cujo quadro espaço-temporal se reveste de uma função estrutural através de uma operação historiológica. Nela, a memória, designadamente na sua função de rememoração e actualização, é condição de construção da experiência e de significação da acção, ou seja é condição de educação.

A tese que aqui procuro sedimentar e ilustrar é a de que, sendo o presente educacional um *momento axial*, centrado no sujeito e dando curso a uma dialéctica entre o efémero e o permanente e a uma experiência, transformacional e simbólica, enraizada no passado mas com sentido de futuro, nele se cruzam e, em boa parte, se sobrepõem, os planos sócio-cultural e espaço-temporal da coetaneidade e da historicidade. O sujeito educativo é historiológico e histórico. Em consequência, a relação entre história e educação consigna-se num conjunto de operações: actuar (actualizar), significar, guardar, conservar, informar, que sendo as operações instrumentais da historiografia e da história narrada, são também as operações estruturantes da história vivida. São estes pressupostos que procurarei apresentar e ilustrar para comprovar aquela tese e os corolários principais que dela decorrem, nomeadamente o da existência de uma tensão multifactorial e actual, entre história e educação, baseada nos conceitos de experiência, memória, historicidade e o do educacional constituir substância, significado e sentido para a história da educação.

1. A memória é fonte da história. Não propriamente a memória individual, íntima e privada, mas a memória pública, a memória colectiva, ainda que aquela, não existindo isolada nos indivíduos, é condição e alimento desta. O passado parece todavia quedar absorvido pelas gentes (Hobsbawm), seja sob a forma de tradição e ritual, seja sob a forma de ressentimento (Marc Ferro), pelo que a memória colectiva é já o fruto de uma operação historiográfica, constituída pelo reconhecimento e atribuição das marcas de historicidade, ou seja, como demonstra Gérard Noiriel (2001), pela percepção do histórico nas acções humanas e na significação dos factos – historicidade. Vivemos mergulhados na contingência dos acontecimentos. O que guardar? Num tempo de sobre-excitação da consciência, há tendência para legar à posteridade um discurso historiográfico. No entanto, as fontes são testemunhos e não história. Como lidar com a historicidade? A historicidade é resultado da articulação entre experiência e significado, ainda que, frequentemente, como chama a atenção Hans Gadamer, seja a valorização da experiência que faz a história.

Nas palavras de Julio Aróstegui: «A historicidade e a tarefa da historiografia estão intimamente unidas, mas a precedência de uma sobre a outra é difícil de estabelecer. E isso é um fundamento mais para afirmar que o processo de historicização da experiência é duplo: subjectivo mas também construído historiograficamente» (Aróstegui, 2004: 173). É a dimensão de subjectividade que torna possível a percepção da experiência como devir histórico, mas a construção concreta de um discurso historiográfico específico, a escrita da história, é do domínio objectivo. Esta reflexão interroga, por consequência, o ofício do historiador, mas também a condição de educando. Enquanto educanda, em todo o percurso da sua existência, a pessoa humana está mergulhada na história – história vivida. A tomada de consciência da sua condição histórica constitui o desafio principal da historicidade – a capacidade para, a partir do *tempo axial* (o tempo vivenciado) que é o presente, subjectivar o tempo passado, como incorporação, e o tempo futuro como expectativa. Para o historiador tal desafio é o seu próprio ofício e traduz-se na compreensão do passado como presente que foi, ou seja, na construção do presente passado. Para o educando é o próprio percurso educativo que requer e fomenta a historicidade. Tal como as concebe Maurice Halbwachs, história vivida e história escrita distinguem-se mas articulam-se.

Tomando a educação como processo multivectorial e ininterrupto de (in)formação e crescimento da pessoa humana em interação e mergulhada num ecossistema, é fundamental assumir as categorias tempo e espaço como estruturantes; a transformação como denominação, configuração e sentido da mudança; a memória e a experiência como condição de significação e de materialidade. Tal é o processo histórico, na sua acepção mais geral, e tal o é, de forma circunscrita, o processo historiográfico. Procurarei, deste modo, estabelecer uma dialéctica entre história e educação, triangulando com recurso aos conceitos de experiência, memória, racionalização, colectivização, cujas combinatórias são historicidade e coetaneidade. Toma-se como pressuposto que a experiência educanda é uma experiência significativa, registável, comprovável, constituída por eventos que, sendo sucessos ou (in)sucessos educativos, correspondem a uma transformação com sentido de duração, na (in)formação e no desenvolvimento do educando. Mas é no social que tal transformação encontra referência e significação (coetaneidade).

A aproximação entre experiência educativa e historicidade tem sido referenciada por autores de diferentes correntes de pensamento. Koselleck acentua a percepção do tempo histórico como campo de experiência e conjunto de expectativas (*apud* Aróstegui). Se assim é, então a percepção do tempo histórico corresponde à situação educativa, substantivando-se numa acção presente que prolonga e actualiza um processo com raízes no passado, muito embora idealizado e projectado com sentido de futuro.

Também John Dewey, dando relevo aos princípios do pragmatismo e do empiricismo, entendeu a experiência, pelas suas repercussões e implicações no social, como transformação significativa do sujeito. Fê-la assim corresponder a educação (cf. Dewey, *Educação e Democracia*). Tomada na acepção material e no campo simbólico, subjaz à experiência um princípio de transformação subjectiva, com referência ao sujeito em si mesmo, ao material e ao sócio-cultural, logo uma afectação educativa, como sugerem Michel de Certeau e Michel Foucault.

A experiência corresponde a uma mudança consciente, traduzida numa alteração de sentido com base num reconhecimento, na realização de um percurso, numa avaliação do estado de partida, incluindo as condições e os condicionalismos, os meios de acesso e solução, a acomodação e avaliação do produto. Este é o processo da educação em primeira pessoa. Tomar a educação como historicidade é assumir a hermenêutica da condição histórica do homem, da condição da pessoa humana. Deste modo, o verdadeiro sentido da educação em primeira pessoa é o da combinatória: memória/ esquecimento/ (recordação) (re)memoração (Michel de Certeau). Ou seja, sendo a rememoração o momento fulcral do acto educativo, então o esquecimento, mais que um vazio, é a resultante da valorização das experiências que foram significativas e marcantes para o sujeito. E estas, as que ficaram gravadas, são as que, interagindo com o presente, se tornam educativas.

2. Estamos mergulhados no tempo e na acção humana, pelo que não apenas fazemos história porque somos humanos, como a nossa condição e a nossa construção de humanos é um processo educacional de matriz e cariz basicamente históricas. Nesta inferência seguimos de perto Paul Ricoeur, podendo evocar-se, no mesmo sentido, a terapia com base nas histórias de vida e nas narrativas individuais (Jerome Bruner). Conferimos significado às nossas acções, em função de como as inscrevemos na nossa própria existência e nas nossas expectativas, na medida em que elas se tornem representativas da interacção com os outros, afinal.

A nossa condição histórica é por consequência a da nossa historicidade. Estamos mergulhados no tempo e no social. Somos tempo, mas somos singular. A educação é a nossa interacção consciente e irreversível. A «flecha do tempo», na acepção que lhe confere Ilya Prigogine, é o tempo da transformação, do alargamento, da expansão. É afinal o tempo do processo educativo. A memória é condição de educação – e ela própria é objecto de educação. Como releva Paul Ricoeur, considerando a experiência e a memória simultaneamente estados e factores de humanidade (*apud* Roger Chartier). A memória assinala o decurso e o percurso da nossa experiência. Em seu entender, sem memória e sem experiência não haveria história, que,

no entanto, enquanto ciência, se opõe à memória. A memória é condição hermenêutica do homem.

A memória funciona como testemunho do processo (educativo) nos momentos mais sensíveis. Recordamos na proporção da intensidade e do significado de cada experiência. Ou seja, guardamos como vivemos. Os sucessos que, pela sua intensidade e pelo seu significado, contêm relevância são recordados como factos que determinaram e afectam a evolução dos acontecimentos. O suporte mais adequado para recordar é esquecer. Ou seja, tão significativo como recordar é esquecer. Guardar é prevenir contra a «flecha do tempo». É fixar uma ordem e uma hierarquia nos sucessos e eventos, através de testemunhos, através de sinais focalizados no sujeito e na sua própria experiência.

Todavia, é no contexto do colectivo e no quadro da interacção que os testemunhos pessoais ganham relevo e se transformam em documento histórico. Os acontecimentos individuais, ainda que portadores de uma singularidade, não são, por si mesmos, históricos. O elemento e o individual não podem ser directamente racionalizados numa diacronia e/ ou numa sincronia. Estas correspondem a combinatórias e a complexidades historiáveis na sua sociabilidade e enquanto fenómenos sociais. Os testemunhos são-no de um acontecimento; a diacronia é resultante de um historicismo; a sincronia é resultante de uma coetaneidade. Com base nas reflexões de Paul Ricoeur (cf. Ricoeur, 2004: 217) e no vínculo que elas têm à centralidade no social do projecto historiográfico de Bernard Lepetit, pode asseverar-se que a história é a história do social, do agir comum e das representações colectivas e que é a nossa singularidade que nos inscreve como sujeito social.

Interacção e construção, a educação é também a inscrição da pessoa humana na esfera das representações que os sujeitos fazem de si mesmos e do seu lugar no social. A educação é, afinal, um complexo de experiência, memória e significado.

3. A atribuição de objectivos à acção humana, incluindo o reconhecimento de um significado, envolve uma combinatória entre a memória como constitutiva do eu e a fenomenologia da memória, enquanto hermenêutica da condição humana. Deste modo, aproxima-se de uma operação historiológica.

Os principais verbos historiológicos são: significar; guardar; conservar; informar. A primeira operação intelectual da história vivida é significar, seguindo-se-lhe a de guardar. É a memória que torna possível estabelecer o estado de significação de uma acção, tornando-a educativa. É face ao curso do tempo, face à evolução processual, face ao instituído afinal, que o sujeito estabelece o diferencial que permite determinar a mudança. A recordação, constituindo uma informação actualizada, é que permite assinalar a relevância dessa nova acção,

diferenciando-a do curso do tempo e articulando-a com um novo ciclo de vida. A actualização da informação, não tendo de operar-se através dos mesmos signos e dos mesmos discursos ou imagens, por que fora retida, é todavia dependente do grau de incisão e reflecte a relevância da fixação.

Sem a memória não seria possível ao educando assinalar, estabelecer acontecimentos que substantivam o tempo, nem organizá-los em factos e sucessos que assinalem a educação. Deve-se ao físico Ilya Prigogine a noção da irreversibilidade do tempo biológico e do tempo físico, contrária ao reversível da mecânica. Irreversíveis são também o tempo antropológico e o tempo sócio-cultural, pelo que a condição educacional da pessoa humana assenta basicamente no acúmulo racional, selectivo e integrativo da experiência, do conhecimento e da transformação.

Há uma idiossincrasia entre a atitude histórica e a atitude educativa. A (in)formação sobre o vivido torna-se histórica se aferida no e pelo colectivo, se racionalizada pelo historiador. Cada um vive a sua experiência educativa de acordo com a base cultural e histórica em que está mergulhado. Como também a historicidade (consciência do vivido racional), afecta a educação e reflecte a valorização da herança educativa. Há uma aliança entre história do presente, sob a modalidade de história vivida e educação. Não na acepção de *história = mestra da vida*, e menos ainda de uma repetição do passado, mas, justamente, através da articulação entre experiência, rememoração e significação; para outros – para os que nunca experimentaram, a aliança é estabelecida entre significação e experiência simbólica. É a história que permite uma actualização crítica, selectiva e informada da memória, vencendo a barreira do tempo vivido e da coetaneidade. É sob a forma de história que a memória se preserva, se informa e se actualiza. Só indirectamente a história afecta a experiência presente, mas é a capacidade de utilização indirecta da história que torna possível a produção da nossa própria experiência, que é a que é verdadeiramente educativa. Guardamos o passado para produzir a nossa própria experiência. Mas é a história, pela sua matriz sócio-cultural, pela sua a-pessoalidade, abrindo ao curso temporal e à alteridade, que torna possível a atribuição de um significado educacional às experiências actuais. Esta atribuição de significado é também factor de reconhecimento da singularidade, e como tal, factor de identidade.

O presente é um cruzamento de eixos. Como se concilia com o presente, uma *história vivida* como atraso, imprevisto, precaridade, efemeridade? Como lidar com o ressentimento? Com o saudosismo? A diferentes interpretações e vivências com o passado correspondem diferentes representações. Na sua generalidade, as representações individuais correspondem a experiências simbolicamente associadas, a vivências, acontecimentos ou artefactos colectivos, ou vividos no colectivo. Ou seja, tal sucessão de eventos e artesanias assume significado histórico porque constituídas em memória colectiva. É na transformação do individual em

colectivo que verdadeiramente consiste a historicidade, implicando nomeação, preservação, conservação, (in)formação.

É a história como informação discursiva, técnica e cientificamente elaborada e comprovada, que legitima e documenta o passado. O que guardar? Como actualizar o património documental? Cada geração tende a assumir-se com produtora de mudança, face às anteriores. Como aferir o vivido e como articulá-lo com o herdado? Como conciliar história herdada e história vivida? Tal como sucede com a produção artística, a operação de nomeação, configuração, colectivização, socialização e preservação de uma alteração estética, de um reconhecimento colectivo da inovação, é matéria de intervenção de diferentes interlocutores, protagonistas, críticos e divulgadores, instituindo o coetâneo como quadro de caracterização, configuração, nomeação, legitimação. Por seu turno, é o coetâneo como quadro organizacional, conceptual, criterial, comunicacional e, por consequência, como racionalidade, que configura e legitima a historicidade, enquanto base do educacional – uma educação com história. É como educacional que a coetaneidade se torna condição de significação do histórico.

Assume assim um relevo fundamental a (in)formação. É a informação que torna possível a coetaneidade, convertendo os eventos e os acontecimentos em sucessos e em fenómenos colectivos. O colectivo é matéria de história. Em termos de história presente, a exposição de artefactos culturais, artísticos, discursivos, icónicos, correspondendo a uma selecção criteriosamente elaborada, é um primeiro momento de colectivização. A informação, com base em suportes e discursos de diversa ordem, grandeza, propriedade e legitimidade autoral, e funcionando em rede, pela sobreposição de distintos tempos e distintos espaços, permite: superar o frequente, enquadrar o novo e o inédito; articular os sucessivos estados de criatividade e publicitação; ordenar os sucessos, com o objectivo de estabelecer uma alteração estrutural. A informação consagra a precisão do momento e permite construir o acontecimento através da selecção e da interpretação dos testemunhos guardados. A informação é condição de historicidade. A história, enquanto informação, torna possível que o património, a memória e a representação do passado iluminem e integrem a tomada de decisões no presente.

4. A história é um discurso construído, superando registos discursivos intermédios, como sejam o arquivo e o memorial.

A ordenação dos testemunhos guardados corresponde a um arquivo. Diferentemente de uma exposição, o memorial é já uma ordenação diacrónica, é uma sistematização ordenada através do estabelecimento de um percurso, de um processo com uma meta. A exposição é horizontal. É, não obstante, uma composição que corresponde à selecção de elementos, participantes, agentes, artefactos e eventos que são comunicáveis e colectivizáveis. A exposição

é uma via de tematização e uma condição de construção do colectivo; é uma via de historicidade, mediatizando entre o coetâneo e o histórico. O memorial é informação tematizada e ordenada. É uma informação com pesada afectação semântica, isto é com significação. A informação do memorial compreende diferentes níveis de discurso, ainda que, basicamente, seja verbalizada.

Os ícones, as fotografias, os artefactos, os catálogos de uma exposição são formas de representação e discursos que estabelecem a passagem do acto de seleccionar para o de guardar (testemunhos para suporte da memória), para o de informar (catálogo), e para a história. Neste processo, a museologia, a etnografia, a etologia são aliadas fundamentais da história.

Com os restos, os resíduos, os indícios, passa-se algo distinto. Eles são matéria de arqueologia. Afastaram-se (ou não) do contexto, do local e do tempo em que (são) testemunhos da história vivida, para se tornarem testemunhos de novos sucessos, pelo que só indirectamente o arqueólogo os remete ao seu momento de produção. Só através do discurso do arqueólogo, o historiador pode transpor tais testemunhos em história. Se a etnografia é uma aliada da história, a arqueologia é sua condição.

Estas considerações de natureza conceptual são necessárias para enquadrar e fundamentar uma análise, uma definição e uma valorização da memória e do património educacionais. Todo o património histórico é educacional. Todavia, os museus pedagógicos, os arquivos, os memoriais, os centros de referência, são repositórios da história vivida, património, memória, testemunho, ilustração e informação da acção humana, cuja relevância cultural lhes confere um significado e uma função informativa e constitutiva do presente. São memória, substância, conhecimento, método e identidade para as gerações actuais e são perspectiva para as gerações futuras. Representando o colectivo humano, dão consistência ao social, ao comunitário, legitimam uma cidadania.

Desde a segunda metade do século XIX, que, designadamente no âmbito dos Estados-Nação, no quadro da formação técnica e profissional, no contexto da inovação pedagógica, no campo da formação normalizada de docentes, os Museus Nacionais de Educação, os Museus Técnicos, os Museus Pedagógicos, as Bibliotecas-Museu cumpriram, com o maior relevo e reconhecimento, a dupla e concomitante função de: a) preservação de um património, testemunho e suporte de uma memória; b) (in)formação e experimentação, para os futuros profissionais e por idiosincrasia para os mundos pedagógico e didáctico em geral. São recursos fundamentais para as práticas educacional e pedagógica, mas são também, conjuntamente com os arquivos públicos e privados, a principal fonte de informação para a história da educação.

É de facto como base de uma cidadania e factor de educação, que o património historiável se torna motivo de controvérsia, quanto à sua natureza, função e significado. Com

efeito, toda a história é o resultado da experiência humana mas a experiência primária em si mesma não se dá como História. A experiência não é *já* História. Só o é quando é *tematizada* como tal, quando se consuma o processo da sua historicização. A historicização é primeiramente um conjunto de representações, mas a sua manifestação como *prática* é sempre aleatória. É tão só, substancialmente *histórica*. A história do presente é a que tematiza a experiência coetânea como História. A representação explicita-se como «tendência», no entanto, a prática tende a verbalizar-se como biografia. Tendência e biografia, sendo substância da história, muito embora organizando-se em exposições, memoriais, centros de referência, arquivo, informação, não são, de si mesmas, história.

Historicidade e história são dois campos a que correspondem do ponto de vista técnico-científico e profissional, epistemologias distintas, mas que se cruzam, substantivam e ganham significado, como rememoração e experiência, tendendo a sobrepor-se educação e história vivida. Do lado do historiador, a experiência de historicidade é fundamental para interpretar e conferir um sentido ao passado. As fontes são portadoras de «sinais do real», como refere Roland Barthes. Cabe ao historiador decodificá-los e atribuir-lhes sentido. Mas cabe aos agentes da história vivida a principal acção na definição (selecção e eliminação), inventariação, preservação, informação do património histórico. Conserva-se com base na consciência de historicidade. A historicidade é a atribuição humana que dá sentido à compreensão do passado como presente passado. Tomando o presente como *momento axial* emerge uma dialéctica entre coetaneidade e historicidade, designadamente através da contraposição entre o permanente e o efémero e entre o colectivo e o estritamente privado e íntimo, mas também entre memória e experiência - dialéctica que constitui primeira base criterial de selecção, representação, significação, informação e que é, em síntese, uma operação histórico-educativa.

Referências bibliográficas:

- ARÓSTEGUI, Júlio (2004). *La Historia Vivida. Sobre la Historia del Presente*. Madrid: Alianza Editorial.
- CHARTIER, Roger (2005). *El Presente del Pasado. Escritura de la Historia, Historia de lo Escrito*. México: Universidad Iberoamericana/ Departamento de Historia.
- FERRO, Marc (2007). *Le Ressentiment dans l'Histoire – comprendre notre Temps*. Paris: Odile Jacob.
- FOUCAULT, Michel (2004). *A Hermenêutica do Sujeito*. S. Paulo : Martins Fontes.
- MAGALHÃES, Justino (2004). *Tecendo Nexos. História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista : Editora Universitária São Francisco.
- NOIRIEL, Gérard (2001). *État, Nation et Immigration. Vers une Histoire du Pouvoir*. Paris : Gallimard.
- (2006). *Introduction à la Socio-Histoire*. Paris : Éditions La Découverte.
- REVEL, Jacques (2006). *Un Parcours Critique. Douze Exercices d'Histoire Sociale*. Paris : Galaade Éditions.
- RICOEUR, Paul (2004). *Parcours de la Reconnaissance. Trois Études*. Paris: Gallimard.